

revista do  
**SEPE**

Rio de Janeiro  
Dezembro/2019

sindicato estadual dos profissionais de educação do rio de janeiro



Foto: Ari Gomes/Agência Jornal do Brasil

**40**  
**anos**  
**da greve**  
**da educação**  
**de 1979**

Primeira  
Caminhada  
pela educação,  
no Centro do Rio,  
na greve dos  
professores, em  
agosto de 1979

**A história do movimento dos professores e professoras da rede estadual e municipal do Rio de Janeiro que ajudou a mudar o país, trazendo como pautas, além das questões salariais e pedagógicas, as questões da redemocratização e do papel das mulheres na sociedade brasileira.**

# Ao SEPE, sempre

Nada parecia possível de mudar

Os que nos amavam diziam: Cuidado!

Os que nos admiravam diziam: Loucos!

Os incrédulos diziam: Não adianta!

Mesmo assim

Tijolo por tijolo

Escola por escola

Íamos “tecendo o amanhã”

Toda noite, todo dia

Todo tempo

Tempo, tempo

E ninguém desistia

Pedras no caminho

À paisana e fardada

Todas retiradas com o sopro da coragem

Todas sucumbiam diante da loucura Chamada  
esperança

A cada parada pra trocar sonhos

Ou destruir desânimos, dizíamos:

“Um galo sozinho não tece uma manhã”

Temos que ter desejo de mudança Escola não  
combina com silêncio Escola combina com  
grito de liberdade!

No começo, o nosso canto de destemor era a  
soma de poucos E ecoava mais no silêncio  
imposto

Do que no barulho ensurdecedor que vinha do  
alto do poder

O caminho ia sendo traçado Ao caminhar

Agora éramos uma grande aliança

Uma imensidão de ideal libertador

Cada vez mais aceito o dito do grande mestre:  
“Educar é um ato de amor!”

Ocupamos praças, avenidas, arenas

O grito ecoava: Presente!

E hoje insistimos:

“Nada pode parecer impossível de mudar”

Agradecimentos:

Bretch, Drumond, Paulo Freire e João Cabral

Professora Luiza Cavalcanti



# A GREVE DE 1979 DA EDUCAÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO VEIO PARA FICAR



Foto: Ari Gomes/Agência Jornal do Brasil



foto: Rogério Reis/AJB

## Professores decidem pela continuação da greve

**Em 2019, a greve histórica dos professores e professoras do estado do Rio de Janeiro completou 40 anos - a primeira greve da Educação no País desde a edição do AI-5, em dezembro de 1968. Na verdade, naquele ano de 1979, foram duas greves da educação: a primeira iniciada em março e que foi suspensa com o compromisso do governo do estado de cumprir a pauta de reivindicações da categoria, entre elas um piso de cinco salários mínimos e plano de carreira. Como o governo descumpriu o acordo, a greve foi reiniciada em agosto daquele mesmo ano – e foi vitoriosa, com o governo tendo, ao final do ano, cumprido o acordo.**

Uma greve que foi vitoriosa politicamente, por ter enfrentado a ditadura; e em termos corporativos, já que quadruplicou o salário da professora primária e triplicou o salário do professor do ensino médio.

A greve de 79, por vários motivos, é considerada histórica não só no próprio meio sindical, em nível nacional, como também junto à sociedade da época, obtendo enorme apoio entre intelectuais e artistas – o poeta Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, escreveu artigo no *Jornal do Brasil* de apoio à greve.

No meio político, o presidente do MDB, dr. Ulysses

Guimarães, fez carta pública de apoio à greve, além de criticar a repressão do governador do Rio à greve, o também emedebista Chagas Freitas. Uma das assembleias dos professores, em Niterói, recebeu o então líder operário Luiz Inácio Lula da Silva. A greve da educação, por conseguinte, foi mais uma demonstração do renascimento do movimento dos trabalhadores, em luta pela redemocratização do País.

Dessa forma, a história da greve se mistura com a luta contra a ditadura – pode-se dizer que 1979 foi o início do fim da ditadura -; se mistura com a luta em defesa do ensino público de qualidade; em

defesa da liberdade de expressão e sindical; se mistura com própria luta pela fundação de um sindicato de educadores livre e democrático, a origem do atual Sepe.

Em outubro de 2019, foi organizado um evento pela professora Lia Faria, coordenadora do “Laboratório Educação e República” (LER) da UERJ, para lembrar aquela luta. Na mesa, como palestrantes, alguns professores que fizeram parte daquela história, liderando o movimento: Hildézia Medeiros, Maria das Dores Mota (Dodora), Marlene Fernandes, Godofredo Pinto e Ítalo Moriconi.

No evento, o professor Ítalo Moriconi, que fez parte da

**Debate na UERJ organizado pela professora Lia Faria reuniu os líderes da greve de 79 da educação do Rio - a partir da direita: Ítalo Moriconi, Hildézia Medeiros, Lia Faria, Godofredo Pinto, Maria das Dores Mota (Dodora) e Marlene Fernandes. Em pé, as diretoras do Sepe Florinda Lombardi e Dione Lins saúdam o evento em nome do sindicato**

Foto Marcelo Mesquita



direção da Sociedade Estadual de Professores, a SEP, fundada ao final daquele ano, disse que a luta pelo final da ditadura e início da democracia foi uma experiência fundamental daquela geração: *“A greve em serviço público era proibida; tudo era ilegal e por isso mesmo a coragem das professoras e professores foi impressionante, com uma enorme quebra de tabus”*. Moriconi, hoje professor da UERJ, afirma que a questão feminista aflorou com força também: *“as professoras muitas vezes tinham que brigar com seus companheiros para participar do movimento”*.

Marlene Fernandes, professora do Interior do estado, lembrou que a greve foi uma verdadeira escola política, de formação e de compromisso com a educação pública: *“Nela discutíamos o que queríamos para a educação pública e popular de nosso País; muitas práticas e propostas alternativas educacionais têm a ver com essa greve”*. Marlene afirma que o movimento também foi uma greve das professoras primárias: *“Éramos corajosas, organizávamos piquetes e geramos quadros na categoria comprometidos com a educação pública”*.

A professora Dodora, militante do Sepe de Volta Redonda, lembrou a importância da formação de grupos de jovens e da Igreja: *“A greve de 1979 foi a oportunidade de ‘testar’ essa militância popular contra a ditadura”*. Ela se lembra da

aliança formada com os operários da CSN: *“Íamos para a entrada da CSN para arrecadar dinheiro com os operários e saímos com as sacolas cheias”*.

Em 1977, era criada a Sociedade Estadual dos Professores (SEP). Ao final de 1979, após a histórica greve daquele ano, foi criado o CEP (Centro Estadual de Professores), entidades que deram origem ao atual SEPE. O professor Godofredo Pinto foi o primeiro presidente do CEP. No evento na UERJ, ele fez questão de registrar a importante atuação do professor Ricardo Coelho, presidente da primeira direção da SEP.

Após anos de lutas, em 1987, a entidade passou a se chamar CEPE – Centro Estadual dos Profissionais de Educação, já com a inclusão dos funcionários administrativos. Por

fim, em dezembro de 1988, a categoria aprovou a criação do atual Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – o SEPE-RJ. A entidade nasce sob a garantia da nova Constituição Federal, em que os funcionários públicos passam a ter direito à sindicalização e a realizarem greves.

Hildézia lembrou que, à época, o professor não podia se sindicalizar: *“Na greve, estávamos ilegais”*. Para ela, a greve funcionou como um estímulo às lideranças do Interior e também iniciou a discussão de gênero na categoria, juntamente com a questão classista: *“O magistério se reconheceu como um movimento enquanto trabalhador e trabalhadora, como uma questão de classe, e também, com a presença maciça das mulheres, com uma plataforma feminista”*.

**A greve de 1979, em resumo, forjou uma categoria lutadora, que conquistou um aumento salarial que quadruplicou os salários. Com isso, a pauta de 1979 era simples: equiparação salarial dos professores do antigo estado do Rio (cuja capital era Niterói) em relação à Guanabara.**

**Aquele movimento foi um ensinamento para toda uma geração de como se enfrentar o poder estabelecido, que proibia qualquer tipo de oposição. Um ensinamento que temos que recordar e entender melhor para enfrentarmos, dessa vez, os terríveis desafios atuais.**

**Com isso, o Sepe editou essa revista especial para lembrar os atos das professoras e professores, como uma categoria unificada, que lutaram em defesa de seus direitos e de uma educação pública de qualidade há 40 anos – e que tal luta continua.**

# 40 ANOS DA GREVE DOS PROFESSORES DE 1979

**Uma greve no Rio de Janeiro  
em uma década  
de lutas no mundo**



FOTO: J. FRANÇA/AB

*A professora  
Hildézia Medeiros  
fala na assembleia que  
decidiu o fim da greve  
de março de 1979*

**Em evento sobre a greve de 79 da Educação, a professora Maria Cândida Caetano Gomes com o pôster histórico do movimento, o primeiro cartaz feito pela SEP**



Foto Marcelo Mesquita

**Ano de 1979. A década de 70 era palco de um planeta em crise. Com o 1º Choque do Petróleo, em 1973, o capitalismo mergulhava na primeira grande crise do pós-guerra após décadas de crescimento econômico. E a lógica do capital era a mesma de hoje. Manter as altas taxas de lucros, suprimir direitos e pauperizar as condições de vida dos trabalhadores no mundo inteiro.**

Assim, os anos 70 foram um período de contracultura, combates e revoluções. Os povos oprimidos se sublevavam contra regimes ditatoriais, como a portuguesa Revolução dos Cravos, em 1975, e a nicaraguense Revolução Sandinista, em 1979. As guerras de libertação nacional es-

facelavam o poder das metrópoles como em Angola e em Moçambique.

**No coração dos EUA e dos demais países capitalistas desenvolvidos também pulsava um clima de contestação. Houve um incremento das mobilizações e greves dos trabalhadores pelos seus direitos sociais, mas também das mulheres e jovens em questionamento à guerra, aos padrões da dominação patriarcal e do modelo burguês de sociedade.** Movimentos negros, hippies, estudantis, feministas e gays atestam que os anos 70 efervesciam mundialmente.

Após experiências nacional-estatistas, de frentes populares e de ampliação da organização dos trabalhadores, a América meridional encontrava-se mergulhada em sangrentas ditaduras como as do

Chile, Uruguai e Argentina, em 1973 e 1976, respectivamente. Conjuntamente à ditadura brasileira, esses regimes articulavam-se na repressão a todo tipo de oposição, como bem demonstrou a Operação Condor: torturas, sequestros, prisões, desaparecimentos e supressão dos direitos civis e políticos. Mas, em graus muito distintos, movimentos de frente democrática e de guerrilhas resistiam.

**NO BRASIL,  
AS VITÓRIAS  
ELEITORAIS DA  
OPOSIÇÃO PARTIDÁRIA  
DESDE 1974  
QUESTIONAVAM  
A DITADURA MILITAR.**

Apesar do desmantelamento das organizações guerrilheiras, outros movimentos de resistência sobreviveram aos anos de chumbo. Na metade

dos anos 70, ampliaram-se as lutas pela Anistia e contra a carestia organizadas pelas comunidades eclesiais de base, movimentos de bairros e de mulheres. Mas a entrada da classe trabalhadora na cena política esquentou de vez a luta contra a ditadura, por direitos e salário. A emergência das fortes mobilizações desequilibrava aquela que deveria ser uma transição pactuada, lenta, gradual e segura.

**NESSE CONTEXTO, A GREVE DOS METALÚRGICOS DO ABC PAULISTA, SOB A LIDERANÇA DE LULA, EM MARÇO DE 1979, MODIFICOU A CONJUNTURA NACIONAL E IMPULSIONOU OS EMBATES EM OUTRAS CATEGORIAS.**

Cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve ou aderiram às mobilizações. A resposta do governo ditatorial desmascarava a transição: repressão violenta, intervenção nos sindicatos e prisão política de lideranças.

Assim, a primeira grande greve da educação pública fluminense não é um raio em céu azul. Ela representa o processo de reorganização dos trabalhadores e a unidade de segmentos das esquerdas e da Igreja progressista na luta contra a ditadura. Ela expressa os ventos das lutas e revoluções que se espalharam pelos quatro continentes.

A greve de 1979 é o ápice de uma caminhada que foi

impulsionada com a fundação do SEP (Sociedade Estadual dos Professores), em 16 de julho de 1977. No transcorrer do ano de 1978, a construção da pauta no 1º Encontro Estadual de Professores, com cerca de 800 educadores, selava as bases da reivindicação da futura greve. Mas também indicava a posição política da categoria de embate contra a ditadura, incorporando a bandeira da luta pela Anistia e pelas liberdades democráticas no Brasil.

**A GREVE DE 1979 É UM MARCO FUNDADOR DO SEPE.**

O sindicato que somos hoje traz o DNA daquelas mobilizações, expressão viva do momento singular da luta de classes no Brasil. A consigna – “O CEP somos nós, nossa força e nossa voz” –, proferida pela primeira vez em 79, a política de aliança com a comunidade escolar na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, a importância de uma greve de massas e com representatividade e a posição política do sindicato na conjuntura do país permanecem como marcas indelévels dos ensinamentos da greve de 79.

Ainda hoje as conquistas dessa mobilização são a base dos planos de carreira da categoria, ameaçadas por investidas governamentais. As reivindicações, infelizmente, também são atuais: melhores condições salariais e de trabalho, mais verba pública

para a escola pública, autonomia pedagógica e respeito ao tempo de atividade extra-classe.

O movimento de 79 também abriu o caminho para o SEPE se consolidar como o sindicato dos trabalhadores da educação pública, com a unificação, em 1987, com os funcionários de escola. Na greve de 79, merendeiras, inspetores e porteiros foram aliados na luta dos professores e por uma educação de qualidade.

**Ano de 2019. 40 anos depois, e o mundo em que vivemos se depara com desafios semelhantes aos de 1979. O capitalismo permanece numa crise sistêmica e, para garantir seus lucros, não admite qualquer repartição da riqueza, impondo, inclusive em suas áreas mais ricas, o empobrecimento das populações. As guerras pela espoliação dos recursos das nações é uma realidade atualíssima. A derrubada de regimes – por meio de intervenções militares diretas ou de mecanismos mais sofisticados como o lawfare – sucede-se e a luta contra ditaduras não é uma bandeira do século passado.**

Que a greve de 1979 nos inspire fortemente em 2020 na luta salarial e por melhores condições de trabalho, em defesa da educação pública, por democracia e no combate às concepções fascistas e autoritárias que emergem em nosso país!



# GREVE DE 79

**um olhar no passado  
que reflete no presente**

foto: Delfim Vieira/AJB



# O interior do Rio na Greve de 1979

**Sei que eles verão  
Que nossas vidas  
Pulsam coragem  
E que permaneceremos  
De punhos em riste  
Que estaremos lá  
Que não vamos recuar  
Mas em dias como esse  
Acreditar dói**

**RYANE LEÃO**

**ex-diretora do Sepe  
Maria das Dores Mota,  
a Dodora**



O que seria a greve da educação em 1979 se não tivesse se espreado como uma onda do mar pelo interior do estado do Rio, chegando a cada rincão como um grito de chegada de exploração, chega de repressão, chega de ser coadjuvante, quero ser protagonista!

Essa é a leitura que faço da participação do interior do Estado do Rio na greve da educação em 1979.

Como diz Hildézia: tinha municípios por telefone!

Não houve escola que não fechasse suas portas e viesse para a greve, e foi assim que a então SEP se tornou referência de organização para toda a categoria.

Muitas polêmicas num interior distante da participação política, em que as escolas e a educação eram aparelho reprodutor do conservadorismo, foram suscitadas pela greve de 79, dentre elas a dificuldade das mulheres pro-

fessoras aprisionadas pelo machismo, em conseguir “despencar” de suas cidades para participar das assembleias no Rio de Janeiro. Foi nessa conjuntura que inúmeras lideranças despontaram em todos os municípios e garantiram a continuidade da organização do hoje Sepe no interior.

Como consequência da greve de 79 e a interiorização do CEP, em 1980, ocorreu uma importante greve que durou três meses; essa greve envolveu uma parcela da categoria do antigo Ensino Primário, distribuída por dezenas de municípios interioranos de pequeno porte, que ficou conhecida como a greve das conveniadas - professoras leigas da Zona Rural. Aconteceu em todas as regiões do Rio de Janeiro: Região Sul/Serrana, Região dos Lagos e Região Norte/Noroeste.

Tais professoras trabalhavam num convênio do Go-

verno do Estado com as Prefeituras, segundo o qual o Governo do RJ repassava recursos para o Município pagar uma remuneração miserável para as contratadas através do convenio. Em meados de 1980, o Governo do RJ parou de repassar os recursos e as professoras ficaram trabalhando sem receber.

A Direção do CEP foi procurada por conveniadas de Cachoeiras de Macacu, tomou conhecimento de que o problema era em todos os municípios do interior. Numa assembleia específica, foi aprovada uma pauta de reivindicações com 2 itens: a) quadruplicar salário recebido; b) estabelecer vínculo empregatício com o estado.

O CEP propôs a criação do professor V no PCC conquistado em 1979, até que elas concluíssem o curso de formação, dando fim à possibilidade de trabalho na educação sem a formação pedagógica.

# 1979

## ANO DE APRENDIZAGENS E EXERCÍCIOS PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO FLUMINENSE

*A professora Hildézia Medeiros participou do 41º Encontro de Aposentadas do Sepe, em Teresópolis, em 2018*

foto: Beto Padilha



**Mais que um simples retorno factual aos idos das greves da Educação de 1979, gostaria de destacar alguns aspectos menos realçados por sucessivas abordagens a respeito. Quarenta anos após, as comemorações nos remeteram a uma série de memórias que fazem parte da história da luta do magistério público fluminense nas últimas décadas.**

Mergulhamos no cotidiano do professorado composto majoritariamente por mulheres no momento histórico pós-ditadura militar iniciada em 1964. Essa análise nos leva a perceber alguns pontos importantes.

O primeiro deles é a constatação de que os movimentos de contestação do professorado se inserem nas lutas sindicais que pipocaram no Brasil, a partir dos meados dos anos 70. E, não mais que de repente, expressiva parcela do magistério se descobre parte da classe trabalhadora brasilei-

ra, estabelecendo laços concretos de solidariedade com outras categorias. A presença da principal liderança sindical de então, Lula da Silva, em uma das nossas assembleias é um dado marcante a respeito. Alguns setores contestaram essa participação, pois éramos “magistério” e não “trabalhadores”... Claro que aí estava flagrante a distinção valorativa entre trabalhadoras(es) braçais e “intelectuais”! Foi um momento importante porque instaurou uma saudável discussão a respeito.

Um segundo aspecto a ressaltar é de que a luta sindical se espalhou pelo Rio de Janeiro como um todo, permitindo que contingentes expressivos de lideranças surgissem em distintos municípios fluminenses, ultrapassando os limites da capital. Essa interiorização permitiu o fortalecimento da luta do magistério público como um todo, que culminou posteriormente com a possibilidade concreta de nossa sindicalização.

Por outro lado, podemos

perceber as características da dominação de gênero através da visão do magistério como uma “profissão feminina”, vista como extensão das tarefas familiares denunciada por exemplo, pela nomenclatura de “tia”. Para não citar a necessidade de autorização dos maridos ou companheiros para o exercício da militância sindical! E a luta sindical serviu como aprendizagem e exercício para a emergência de líderes mulheres em todos os espaços de nossa trajetória. Não por acaso, posteriormente a nossa entidade teve uma diretoria que, com a participação de homens e mulheres, assumiu-se enquanto uma chapa feminista.

Certamente, as conquistas econômicas e por melhores condições de trabalho foram fundamentais para o fortalecimento da categoria da educação no Estado do Rio. Entretanto, os avanços foram muito maiores; temos orgulho de participado na construção da luta das trabalhadoras(es) do nosso Estado!

# NO CALOR DA LUTA HÁ 40 ANOS, A PRIMEIRA GREVE DESDE 68

*Italo Moriconi é professor da UERJ e participou da fundação e direção da SEP, origem do atual Sepe, tendo sido diretor em 1979*



foto: Arquivo pessoal Italo Moriconi

**Todo movimento revolucionário tem que ter sabor de nunca antes. E de repente a gente no meio do turbilhão descobre que antes da gente, teve gente. Vivemos um movimento revolucionário naqueles idos de 79. Um momento revolucionário. Fizemos greve de professores, com apoio maciço da sociedade, em plena "distensão democrática". Fizemos? A palavra não é inteiramente justa. Quando entrei para o Estado, eu já estava no movimento, como professor do ensino particular. Quem fez foi a massa de professoras, corajosas, corajosos, desafiando a ditadura que permanecia.**

Permanecia. Mas naqueles anos de 78, 79, uma nova força sindical surgia e rompia com todos os limites da ilegítima legalidade vigente. Naqueles anos, evidenciou-se a diferença entre legalidade e legitimidade. Nós arrancamos na marra o direito à greve de professores e servidores. Eu era mais um observador, participante intenso das discussões estratégicas, assumindo de forma denodada, tarefas e mais tarefas, eu já na maturidade dos 26 aninhos. A mim coube, por designação de Godofredo da Silva Pinto, um líder autêntico, de

Hildézia Medeiros e de Ricardo Bellingrodt, os outros dois nomes que assumiam a frente do movimento, com a aquiescência do Conselho de Representantes (quanta paixão! quanta flama!), a mim coube presidir as assembleias multitudinárias, a primeira delas realizada no Sindicato dos Operários Navais de Niterói. Era a aliança intelectuais-operários, era a primeira vez em que, na história das lutas profissionais, os professores nos vimos a nós próprios como trabalhadores.

A assembleia de Niterói foi apenas a primeira, desa-

tando-se a partir dela a primeira greve de professores públicos do Rio de Janeiro desde 1968, Nem sei como sobrevivi, tendo que exercer o papel de diretor dos trabalhos (a “mesa”). Atravessei galhardamente aqueles oceanos de gente, cumprindo sempre o meu papel formal de voz moderadora, que se coadunava com minha inclinação à moderação e ao pragmatismo, claro que sem desnecessárias concessões. Como moderado político, nessa histórica assembleia, acompanhei a posição do Partido Comunista de uma greve por tempo determinado, enquanto a posição vitoriosa aclamada de maneira triunfal pela multidão decretou greve por tempo indeterminado. Essa modalidade tornou-se o modelo de uma forma de luta que seria empregada “ad nauseam” nas duas décadas que se seguiram.

No debate em comemoração dos 40 anos da greve realizado na Faculdade de Educação da UERJ, Godofredo da Silva Pinto lembrou que aquela posição se explicava porque o Partidão estava aliado ao MDB do Rio e ao chaguismo. O pessoal do PCB, aliado ao MR8, não queria que o governador Chagas Freitas assumisse tendo que enfrentar uma greve de professores. Quan-

do da assembleia em Niterói faltavam três dias para a troca de Governo, saindo Faria Lima da Arena e entrando Chagas, do então MDB, a tal da “oposição consentida”.

A minha posição era movida tanto pelo fato de que eu atuava no movimento, naquele momento, aliado ao partidão e ao “Oito”, como de uma visão pessoal mais geral que eu tenho do sindicalismo de professores. Sou contra greves docentes prolongadas. Pelo simples fato que uma greve de professores não prejudica “patrões” e sim afeta o processo educacional. Claro que uma greve de professores é sempre muito didática e permite que os alunos e alunas engajados aprendam muito coisa sobre política e mobilização. E há as greves de estudantes, como as ocupações de escolas em SP em 2016 – essas tinham mesmo que ser apoiadas pelos professores. Mas desde os anos 90 e ao longo dos 20 anos seguintes, as greves se sucederam, com diminutos ganhos.

Hoje eu vejo que a minha posição era/é abstrata demais, ou idealista. Sonho com associações de professores influentes como as americanas, as francesas. Uma greve de advertência de três dias como propúnhamos era impossível de

ser encaminhada naquele momento; pressupunha um nível de organização que não se tinha na época e creio que não se tenha ainda. Naquele momento, a greve tinha mesmo que ser uma coisa selvagem, uma onda crescente, até que fosse arrancada do governo uma vitória final. E ela veio. Ao cabo de duas semanas de greve, entre outras conquistas da pauta, as professoras primárias tiveram um aumento de 400%. Um dos estopins da nossa greve de professores fora uma greve de garis, outro movimento revolucionário naquele início de final de ditadura e renascimento renovado do movimento trabalhista. Greve essa de garis do Rio que, também vitoriosa, elevou seus salários acima do salário da professora primária.

Foi uma grande vitória. Até Drummond (NR: o poeta Carlos Drummond de Andrade) publicou crônica no Jornal do Brasil sobre o movimento. Aparecíamos no horário nobre da TV todo dia. Mas era 1979. O então CEP, Centro Estadual de Professores, hoje Sepe, foi colocado na ilegalidade. Que só seria levantada alguns anos depois, já com Brizola governador e Darcy Ribeiro no comando da educação. Anos calientes.

# Professor **Godofredo Pinto**, presidente do CEP, em 1979, do qual originou o atual Sepe-RJ

**Oriundo de Campos dos Goytacazes, o professor de Matemática Godofredo Pinto se destacou como uma das lideranças do movimento que redundou na criação da Sociedade Estadual dos Professores (SEP), embrião do atual Sepe-RJ, no ano de 1977. Nessa entrevista, ele fala sobre a greve de 1979, que em 2019 completou 40 anos.**



Foto Marcelo Mesquita

**REVISTA DO SEPE:** Como surgiu a Sociedade Estadual dos Professores (SEP)?

**GP:** Nós estávamos em 1976 e 1977, no momento de criação da SEP. Lembro que teve uma assembleia no Colégio Santo Inácio, em Botafogo, em que foi aprovada a criação de uma diretoria tradicional, com o cargo de presidente, que ficou sendo o Ricardo Coelho.

**REVISTA DO SEPE:** E aí, a entidade estava pronta para a luta?

**GP:** Já na assembleia de fundação, lá na CEU (Casa do Estudante Universitário da UFRJ), em Botafogo, a SEP mostrou a que veio. Estava programada

uma assembleia de fundação tradicional, com apresentação da Diretoria Provisória, discursos de saudação, bolinhos de confraternização, alguns convidados até de São Paulo, quando, de repente, foi lido pela professora Graça um rol de reivindicações que nós, de Niterói, tínhamos elaborado. Era uma assembleia, portanto deliberativa, e para surpresa de quase todos, tal pauta de luta foi aprovada sem maiores discussões. Esta pauta norteou a luta da SEP por quase todo o Governo Faria Lima.

**REVISTA DO SEPE:** E que redundou na greve de 1979?

**GP:** Sim, foi essa diretoria provisória que dirigiu a famosa greve de 1979. Houve uma assembleia em fevereiro de 79, na ABI, que lotou o auditório em pleno período de férias, quando eu falei pela primeira vez na questão de uma greve, algo inédito para nossa categoria; mas a greve começou em março, deliberada em uma assembleia no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói.

**REVISTA DO SEPE:** E como se deu o debate nesta plenária que deflagrou a greve?

**GP:** No início de março, eu e o Ricardo Coelho fomos convidados pelo professor Arnal-

do Niskier, futuro secretário de Educação do governador eleito Chagas Freitas (MDB) - isso no governo Faria Lima ainda, porque a greve começou no governo Faria Lima, numa assembleia no dia onze de março. Quer dizer, começou dia doze, onze de março era um domingo, começou no dia seguinte. E o Chagas tomava posse dia 15 de março. Na reunião com o Niskier, eu e Ricardo dissemos que a assembleia é que iria decidir sobre se iria ter greve ou não.

**REVISTA DO SEPE:** E acabou decidindo mesmo...

**GP:** E veio a assembleia, que se iniciou com a proposta da diretoria - de greve de 3 dias - que foi defendida pelo professor Francílio Paes Leme - que depois veio a ser presidente do Sindicato dos Professores Particulares (SINPRO Rio). Aí, na assembleia, a diretoria rachou; havia os que defendiam greve de três dias com o seguinte discurso, que tem lógica: o governo Chagas não se recusou a negociar, temos que dar a ele um crédito de confiança; tinha lógica. Mas o movimento é o movimento, e tinha a turma que queria a greve por tempo indeterminado.

**REVISTA DO SEPE:** E qual foi a sua posição?

**GP:** Nessa assembleia, no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói, além do núcleo de Niterói, já tinha sido criado um núcleo em Campos, cujo principal líder era o Luciano D'Angelo. Ele foi um dos principais quadros da história da SEP - e vou dizer por quê: tinha duas pessoas que faziam minha cabeça, a quem eu ouvia muito e eventualmente reformulava

posições em função dos argumentos deles. Uma era o Ítalo Moriconi, que me influenciava muito. E o outro é o Luciano D'Angelo, um dos melhores quadros da SEP na época. O Luciano veio de Campos com a proposta de greve por tempo indeterminado. Me lembro que ele falou: Godofredo, essa sua diretoria vai ser atropelada. E foi realmente um passeio a vitória da segunda proposta de greve por tempo indeterminado. Eu fiz um discurso de que qualquer que fosse a nossa posição, a gente tinha que estar unido.

**REVISTA DO SEPE:** A que você atribui a mobilização da categoria e o sentimento da parte dela de que aquele era o momento de parar tudo e arrancar as reivindicações do governo?

**GP:** A SEP, antes desta assembleia, já tinha ocupado a Secretaria de Educação no governo Faria Lima. Nós ocupamos, fomos pra lá, invadimos aquilo, e ocorreram vários outros eventos. O mais importante deles foi o Encontro de Professores que a SEP organizou, em outubro de 1978, no Colégio São Bento, e que reuniu 800 colegas em plena ditadura, fato então inédito na luta dos educadores no Rio e, talvez, no Brasil. Essa reunião definiu o que acho o primeiro e fundamental passo de uma luta reivindicatória: a pauta que nortearia o movimento, e que foi apresentada aos governos Faria Lima e Chagas Freitas. Aí, houve o movimento grevista, que teve duas etapas: a etapa de março e a de agosto. Uma greve que foi vitoriosa. Por que, mesmo não sendo atendida no momento,

a reivindicação foi atendida em dezembro. Quadruplicou o salário da professora primária e triplicou o salário do professor do ensino médio. Não há, nem houve nenhuma conquista como essa, nem antes nem depois. Grande vitória, ainda que com atraso, pois a greve começou em março.

**REVISTA DO SEPE:** Começou em março e parou no mesmo mês para ser retomada em agosto até a vitória final. Como foi esta história?

**GP:** Chagas disse que as reivindicações seriam atendidas, e nós paramos a luta. Em 24 de março de 79, a greve terminou porque o governo afirmou que atenderia em 30 dias as reivindicações da SEP. Passado este prazo, numa assembleia em 29 de abril, eu defendi - e foi aprovada - a proposta do movimento dar mais 60 dias de prazo ao governo. Em julho, nas férias, uma assembleia aprovou a retomada da greve em agosto. Passado este prazo sem nada ocorrer, uma assembleia em junho - portanto, na boca das férias de julho - decidiu começar o movimento no reinício das aulas, o que dava, ainda, quase dois meses para o governo nos atender. A não deflagração imediata da greve em abril, que eu defendi, tinha ainda o simbolismo para a opinião pública de que o movimento não era intransigente, que intransigente estava sendo o governo ao não cumprir a sua palavra. Aliás, a questão da imagem do movimento junto à sociedade sempre foi uma preocupação nossa, da direção da SEP. Tanto é que, desde o início, procuramos tranquilizar

os pais dos alunos garantindo que iríamos repor as aulas perdidas nos dias parados pela greve. E a greve de 79 teve um impressionante apoio popular. Quando foi em agosto o governo Chagas já estava montado. Daí eu falei: a greve agora é outra, vamos para fora da escola, é piquete e “vamos pro pau”. Era assim: “promessas cumpridas ou greve repetida”, esse era o slogan que tinha antes da greve recomeçar; Chagas não cumpriu o prometido e, em agosto a greve recomeçou. E, aí, eu fui preso.

**REVISTA DO SEPE:** Foi nesta época, após a primeira greve de março, que houve a união com outras entidades e ocorreu a criação do CEP (Centro Estadual dos Professores) e você acabou preso, não?

**GP:** Entre a primeira greve e a de agosto, houve a deliberação de fundir a SEP com duas outras entidades, a UPRJ e a APERJ (Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro), criando-se assim o CEP (Centro Estadual dos Professores). Tal fusão foi articulada, sobretudo, pelo Ricardo Coelho. E a sede do CEP passou a ser a sede da UPRJ. Neste dia, eu desci da sede com Hildézia, e quando chegamos na rua tinha quatro caras numa rua transversal; e um disse: “o senhor é o professor Godofredo?” Eu disse: sou. Ele disse: “o senhor nos segue até o DOPS - Departamento de Ordem Política e Social”. Hildézia resolveu protestar, perguntou: cadê o mandado de prisão? Era um baixinho assim, loirinho, que disse: “professora, mandado de prisão? Se a senhora ficar falando muito, a

senhora vai com ele”. Eu disse: Hildézia, esquece isso. Pra que mandado de prisão? Eu queria é que ela ficasse solta para botar a boca no trombone, né? Quando cheguei lá no DOPS, o delegado disse que o movimento era político. Eu disse que não, é um movimento classista. Não tem política, não tem partido. Ele disse: “Não tem política? O senhor Lula é professor?” Isso porque tínhamos levado o Lula, então líder sindical, a uma assembleia, onde ele foi muito aplaudido. Enfim, me prenderam de manhã e me soltaram à noite. Mas eu não sei como, quando estava atrás das grades, apareceu uma foto minha na primeira página do *Jornal Última Hora*, eu preso e, em cima da foto, a plaquinha assim: DOPS. Na cela tinha DOPS escrito e eu atrás das grades.

**REVISTA DO SEPE:** Como foi o final da greve?

**GP:** Nosso movimento era com assembleias todo domingo, uma vez por semana. Eu defendi o fim da greve, mas a assembleia decidiu pela continuação; o movimento decidiu fazer uma outra assembleia na quarta-feira. Ou seja, a conjuntura estava mudando: por que vão fazer assembleia na quarta-feira? Porque o pessoal começou a perceber que o movimento estava ficando sem saída. Todos os canais de negociação estavam fechados. Então, não tinha mais negociação. Na quarta-feira a greve terminou. Mas nunca vi uma greve terminar tão alto astral, pra cima. O que conseguimos em agosto, foi o compromisso do Chagas de que, naquele ano, ele ia cumprir as promes-

sas. Cumpriu em dezembro, e foi um avanço histórico.

**REVISTA DO SEPE:** Como aconteceu o ataque ao CEP em 1979, com a tentativa do governo Figueiredo, juntamente com o governador Chagas Freitas de fechar a entidade colocando-a na ilegalidade?

**GP:** Em outubro de 1979 teve eleições no CEP com uma chapa única. Nesse meio tempo teve uma intervenção no CEP, em que ele se torna ilegal. Porque já tinha acabado a SEP e o registro do CEP foi bloqueado pelo general presidente Figueiredo, a partir de uma solicitação do Chagas. O governador pediu a intervenção. Entraram com a Lei de Segurança Nacional e até eu fui preso. E o CEP ficou ilegal, mas chegou outubro e fizemos uma eleição, com uma Chapa Única, com uma entidade ilegal, que não tinha nem conta bancária, nem telefone. Foi uma eleição surpreendente pela adesão dos professores para votar. Não tinha legalidade, não tinha nada, mas a categoria votou. Aí, virei presidente de fato.

**REVISTA DO SEPE:** O movimento cresceu, não é verdade?

**GP:** O CEP se tornou a principal entidade de magistério no Brasil pela repercussão da greve, pela vitória histórica, pelas prisões, por ter sido o maior movimento grevista de professores no país durante a ditadura, por tudo isso. Isto, apesar de estar na ilegalidade, não ter sede própria, não ter nada nessa época ainda.

\* Entrevista retirada de um depoimento dado por Godofredo Pinto, em novembro de 2018, para o mestrando da Faculdade de Educação da FAPERJ, Pedro Calazans.

# CRONOLOGIA DA GREVE DE 1979

“**CEP ou SEP?! Já não lembro, mas eu estava dando aula quando bateram a porta da minha sala de aula. Era um grupo de professores, filiados ao CEP/SEP, visitando a escola para nos informar que a categoria estava em greve, nos convidando pra ir a regional... Aceitei o convite, participei ativamente daquela greve e das outras que enfrentamos daí pra frente. E lá se vão 40 anos. O Sepe somos nós. Nossa força, nossa voz!**”

**SONIA SANT'ANNA**

**16 DE JULHO DE 1977:** Fundação da Sociedade Estadual dos Professores (SEP), tendo como presidente o professor Ricardo Coelho. A entidade congregava professores de escolas públicas e privadas. As primeiras assembleias aprovaram luta pela equiparação do magistério do antigo estado do Rio ao da antiga Guanabara. A equiparação foi feita pouco depois, em uma primeira grande vitória.

**OUTUBRO DE 1978:** Realização pelo SEP do 1º Encontro Estadual de Professores; 800 professores se reuniram no Colégio São Bento (Zona Sul do município do Rio de Janeiro) e aprovaram uma pauta unificada, iniciando a preparação da greve em 1979. Uma das pautas foi a proposta de Plano de Carreira, Cargos e

Salários (estado do Rio de Janeiro e município do Rio), com os seguintes itens:

- Quatro “categorias profissionais” (Prof. IV – prof. primário “normalista”; Prof. III – prof. com estudos adicionais; Prof. II – prof. com licenciatura curta; Prof. I – prof. com licenciatura plena);

- Enquadramento por formação;

- Carga horária de 12 horas em sala de aula + 4 horas para tarefa extra classe;

Gratificações de regência de turma para o Estado, de difícil acesso para o Município, e de coordenação de turno;

- Piso salarial de 5 salários-mínimos (o PCCS quadruplicava a remuneração do Prof. Primário e triplicava a do PEM).

Para entregar a pauta, ocorreu um ato de entrega na Secretaria de Estado de Educação (SEE), com a divulgação de Carta Aberta à população: 200 professores foram recebidos pela então secretária de Educação Mirtes Wenzel. Na Carta Aberta, era denunciada a crise da Educação, as péssimas condições de trabalho, os baixíssimos salários, a não permissão aos docentes de opinar sobre as diretrizes, leis e reformas, além de defender verbas públicas só para escolas públicas, a anistia e as liberdades democráticas.

### **FINAL DO ANO DE 1978:**

O governador Faria Lima apresentou um Plano de Cargos e Salários muito ruim, com a carga horária aumentada de 12h para 20h semanais de aulas, dentre outras questões.

**FEVEREIRO DE 1979:** realização de assembleia, na ABI, nas férias; a ABI ficou completamente lotada e houve a sinalização de greve, se o governo não atendesse às reivindicações até o reinício das aulas.

**11 DE MARÇO 1979:** A proposta de greve por tempo indeterminado foi aprovada por amplíssima maioria, numa assembleia com cerca de 5 mil professores, representando dezenas de municípios, e realizada no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói. Foi referendada uma Carta Aberta dirigida à população, especialmente aos alunos e pais: “A luta do professor é a luta por seu filho, senhores pais. Nossa luta é para melhorar a qualidade de ensino, estudantes. Nossa luta é para o bem de todos, pedimos o seu apoio”. A SEP anunciava que haveria a reposição das aulas.

**24 DE MARÇO:** Fim da Greve, com o compromisso dos governos Chagas Freitas (estado) e Israel Klabin (município do Rio), via Nota Pública assinada por quatro

**“Eu era de Volta Redonda. Fui fazer um piquete de convencimento em Barra do Pirai. A diretora chamou a polícia. Quando saímos a polícia cercava o outro carro. Fomos para o nosso. A polícia nos seguiu até sairmos da cidade. Aí nos ultrapassou e nos ameaçou: ‘Se voltarem nós prendemos’. Fomos até a inspetoria para conversarmos com a chefe. Alguém perguntou: ‘A senhora não tem consciência?’ De pronto a resposta: ‘Não tenho consciência. Tenho um cargo.’”**

**SÔNIA MENANDRO**

secretários estaduais (Fazenda, Planejamento, Administração e Educação) e a Secretaria de Educação do Município do Rio, na qual eles reconheciam que a greve era justa e que iriam “propor medidas concretas de atendimento”, no prazo de 30 dias e com validade retroativa a 16/3/79.

“*Eu participei. Tinha começado a lecionar um ano antes. Foi a primeira greve da educação e, a partir de então, obtivemos muitas conquistas, que não podemos perder mais.*”

**ANA LÚCIA MATTOS**

“*A nossa militância foi dentro de um contexto maior. Nós tínhamos uma atividade na Comissão de Justiça e paz, da Diocese de Nova Iguaçu, no tempo de Dom Adriano Hipólito, que nos deu muito apoio. Ele era professor também e com esse apoio oficial, de respeito, porque o contexto político era terrível, nós começamos a agir e tomando uma consciência maior. Tenho a impressão de que foi uma das maiores greves que o Sepe fez, porque reuniu o estado todo. Até hoje eu ando na rua e encontro ex-alunas, professoras e ex-alunas que viraram professoras, e isso deixa a gente assim, emocionado.*”

**SALOMÃO  
BAROUD DAVID**

“*Eu participei e muito me orgulho. Às vezes até temerosa do que pudesse acontecer, mas acreditando que iríamos conquistar nossos direitos. Direitos que não podem nos tirar.*”

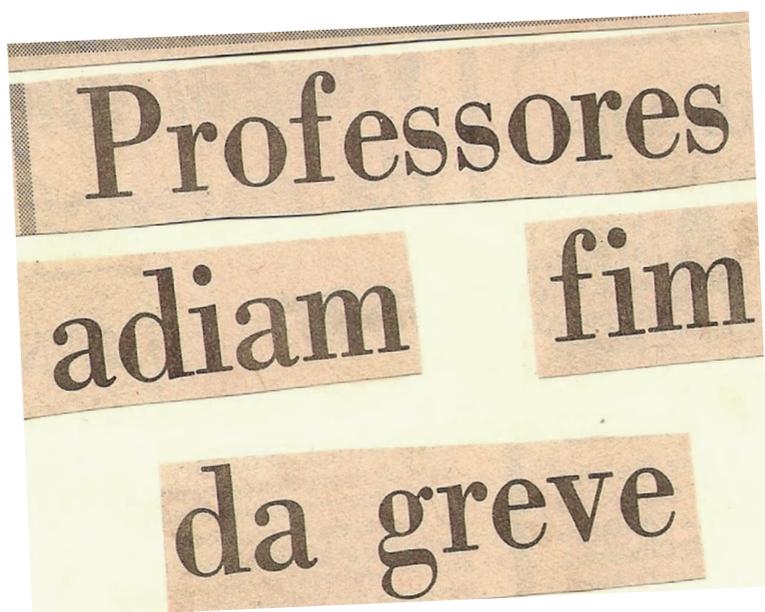
**ELZI BARROS  
CARDOSO**

**29 DE ABRIL:** Foi realizada assembleia, em um clima tenso – o prazo de 30 dias se esgotara - com a participação de 4 mil professores, que aprovaram a proposta de dar um prazo de mais 60 dias ao governo. O governo enviara à Assembleia Legislativa (ALERJ) um projeto de lei que autorizava o Executivo a tomar as providências para encaminhar soluções para a pauta.

**24 DE JULHO:** A SEP se fundiu com a União dos Professores do Rio de Janeiro (Uperj) e com a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro

(Aperj), criando o CEP - Centro de Professores do Rio de Janeiro, uma entidade que se tornou referencial de luta e organização dos educadores fluminenses e que daria origem ao atual Sepe.

**Julho:** A recém criada SEMITS (Sociedade Estadual de Merendeiras, Inspetores, Trabalhadores e Serventes) aprovou um apoio do “pessoal de apoio”, entrando em greve de solidariedade aos professores. Neste mês, o CEP lança a palavra de ordem “promessas cumpridas ou greve repetida”, que seria escrita em panfletos e faixas do movimento. Em 22 de julho, o CEP dá o prazo de uma semana ao governo, que não responde



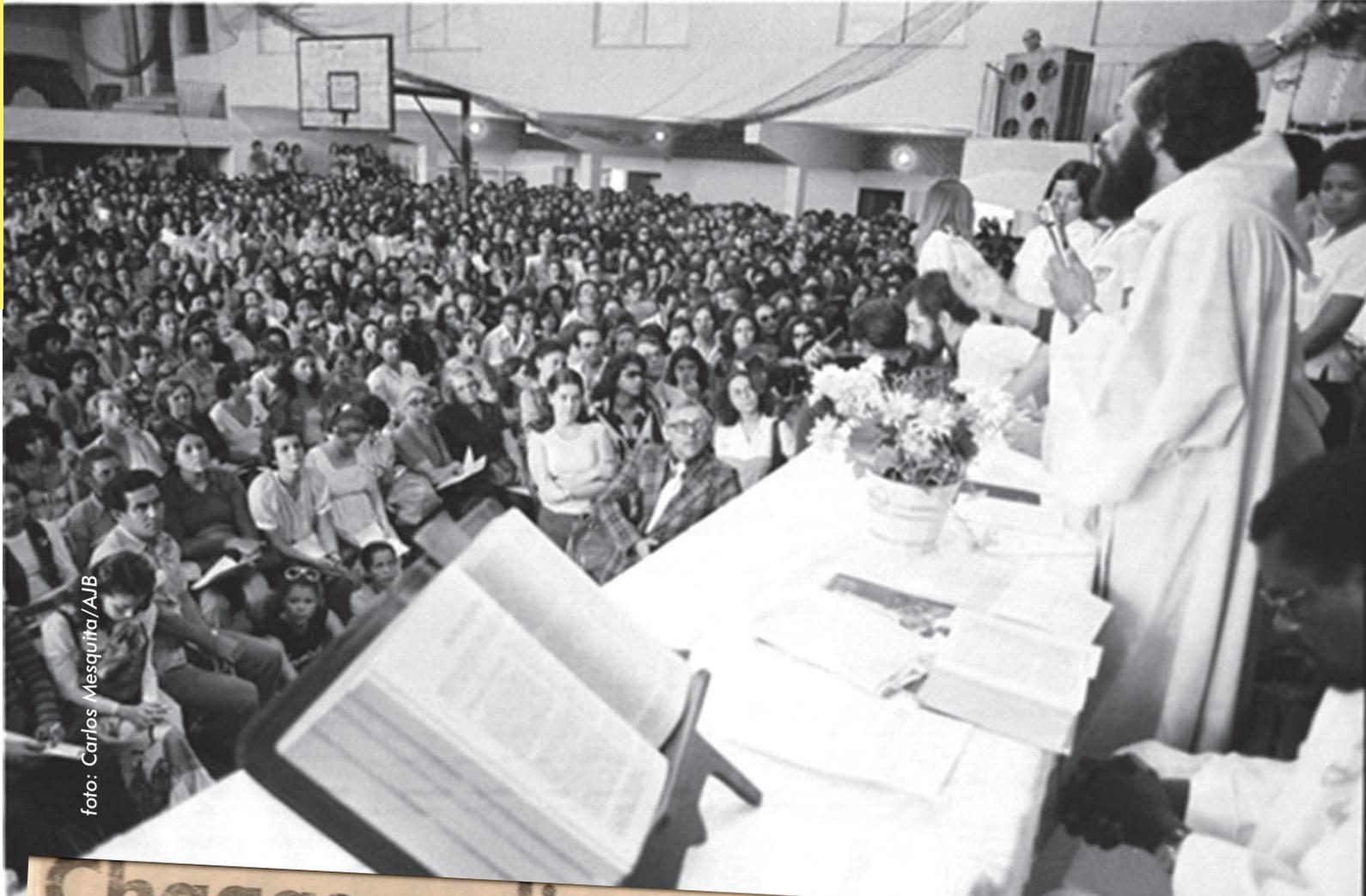


foto: Carlos Mesquita/AJB

# Chagas pediu para RIO DE JANEIRO, 4 DE SETEMBRO DE 1979 punir professores

## Ato litúrgico no Club Maxwell

ao ultimato.

**1º DE AGOSTO:** Governo descumprido o prazo concedido pela categoria e a greve foi reiniciada, com os professores fora da escola e fazendo piquetes. A conjuntura e postura do governo federal (greve dos metalúrgicos de São Bernardo, em maio, fora duramente reprimida; o então presidente, general Figueiredo, falara

em “prendo e arrebento” contra a oposição), governo estadual e prefeitura do Rio eram muito mais repressivas do que fora em março.

**Agosto:** No 1º dia de greve, atendendo solicitação do governador Chagas Freitas, o ministro do Trabalho Murilo Macedo comunicou ao Delegado Regional do Trabalho que a

greve era ilegal (Decreto-lei nº 1632/1978 que proibia greve no serviço público). Com isso, houve prisões em Caxias e no Centro do Rio. A Polícia Política fazia acompanhamento diário em todas as atividades do CEP e “joaninhas” (fusca viatura policial) e camburões ficavam nas portas das escolas para “garantir o seu funcionamento”; no dia 4, os jornais noticiavam a prisão de Godofredo Pinto, além da detenção das professoras de São João de Meriti Maria da Glória Go-



**Eu participei da greve de 1979, onde a Regional 3 teve muito destaque; fazíamos nossas reuniões na Igreja Metodista, em Vila Isabel; Sebastião, Cândida, Eugênio, Mário, Ana César e tantos outros que agora me falha a memória. Também fazíamos reuniões no “Clube Raio de Sol”, onde certa vez a polícia apareceu por lá. Sebastião tinha um Fusca, que do próprio bolso colocava gasolina; ou íamos de ônibus, correr escola, pois naquela época fazíamos piquetes nas portas das escolas, convencendo os companheiros a aderir à greve. Me emociono só de lembrar; não era mole, mas a gente via no rosto de cada companheiro o comprometimento por uma sociedade mais justa e uma escola pública de qualidade!”**

**LAURITA RODRIGUES DANTAS**

## Diretoras também aprovam a greve

Diretores de escolas solidários ao movimento dos professores municipais e estaduais distribuíram carta aos diretores que continuam a fazer pressão sobre professores. Esta é a íntegra da carta:

“Colega diretor,  
Ser professor é uma situação permanente; ser diretor é uma situação provisória. Nós, diretores, não podemos continuar divididos, indecisos e assustados. Chegou a hora de tomarmos uma posição – delatar um colega não é um ato digno de um educador.

Sigamos o exemplo de nossos colegas diretores de Friburgo, Niterói, Belo Horizonte, São Paulo e Salvador que, publicamente, repudiaram as formas de pressão impostas pelas autoridades.

É necessário que você, colega, que não compareceu à reunião que nós, diretores, realizamos dia 12 de agosto, tome conhecimento que decidimos,

por unanimidade, não trair nossa classe, adotando as seguintes medidas:

- 1) não exercer nenhuma forma de pressão sobre os professores;
- 2) não enviar os memorandos correspondentes às seis faltas consecutivas;
- 3) não enviar aos DECs a relação nominal dos faltosos do curso;
- 4) não enviar aos professores...

## a magistério que greve é ilegal

O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, advertiu que a greve marcada para hoje pelos professores estaduais e municipais do Rio de Janeiro será declarada ilegal, por se tratar de setor de atividade essencial, e que caberá, depois, ao Governo do Estado, “tomar as providências que se fizerem necessárias”.

Apesar da advertência, entretanto, e do anúncio feito ontem pelo Secretário estadual de Educação, Arnaldo Niskier, de que os novos pisos salariais para o magistério público começarão a ser pagos a partir de 1.º de dezembro — antes portanto da liberação do empréstimo externo de 300 milhões de dólares — os professores mantiveram a decisão de greve tomada por aclamação: querem pagamento imediato.

As decisões tomadas pelo Centro de Professores do Rio incluem a formação de piquetes, esta manhã, diante das escolas, da Secretaria de Educação e Centros Regionais de Educação. O movimento grevista ganhou, ontem, a adesão dos professores públicos de Niterói, Petrópolis e municípios do Norte fluminense.

Em nota conjunta, na qual lembram as providências que já adotaram para “prestigiá-las e dignificá-las”.



**“Sim! Eu estava lá. E levava minha filha em mim, pois estava grávida. E fui pra rua, deixando a família muito preocupada com a “minha loucura”. De nada me arrependo. E tenho muito orgulho de ter participado do nascimento do Sepe.”**

**MARCILIA MACIEL**

mes de Oliveira, Isabel Silva Melo, Rita Maria da Silva e Helena Arantes da Rosa; de fato, durante os vários dias de greve, outras centenas de educadores(as) foram conduzidos, coercitivamente, às delegacias policiais para prestarem depoimentos (em Niterói, foram Maria Regina D’Ângelo da Silva Pinto, Eliane Nemer, Fernando Fraga e João Ba-



**Eu participei!”**

**SELMA GOMES DE PAULA**



Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de setembro de 1979

## Dirigentes do CEP querem encontro com secretário

tista de Andrade); durante a greve, as professoras Hildésia Medeiros e Leny Rocha foram removidas para outros municípios; a SEE e a SME anunciaram a convocação emergencial de professores para a substituição dos grevistas e a suspensão do pagamento de quem faltasse 6 dias consecutivos; no dia 7, o governo emite nota, na qual informava que estava requerendo a sustação do registro dos estatutos do CEP, ameaçando os líderes da greve de enquadramento na Lei de Segurança Nacional (LSN)". Em seguida, 11 professores foram indiciados em IPM (Inquérito Policial Militar), com base na LSN (esses professores não foram julgados porque foram beneficiados pela Lei da Anistia de 28/8/79). O Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) lacrou a sede da entidade e levou os professores Hildésia e Luciano para deporem. Além disso, as assembleias foram proibidas, inclusive a de 11 de agosto, no Clube Maxwell.

**Articulações políticas em agosto:** Quando a assembleia do dia 11/8 foi proibida, o então senador

Saturnino Braga fez um pronunciamento, cobrando que o governo do Estado permitisse a realização da referida assembleia, sob pena dos professores terem que se reunir no meio da rua; o deputado Ulysses Guimarães, presidente Nacional do MDB, também tornou pública sua crítica ao autoritarismo do governador emedebista do Rio. Em seguida, houve reunião da direção do SEP com o governo, no próprio Palácio Guanabara, quando os governistas recusaram e permitiram a realização da assembleia, só que no dia 12 de agosto, no Clube Municipal – o fato foi tão importante que a nova data da assembleia foi noticiada, em primeira mão, pelo Jornal Nacional da TV Globo. De-

pois da reunião, o governo fez chegar ao Comando de Greve a exigência de que tal Assembleia não deveria

**“Fui um participante de base em 1979, desde a primeira assembleia na ABI, que em um sábado de carnaval daquele ano colocou mais de 2 mil professores no auditório da ABI. Em seguida, no mês de março, no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Naval, foi decretada a nossa primeira greve, em 1979. Neste mesmo ano fizemos outra greve em agosto. Participei ativamente dos dois movimentos, e a partir daí iniciei a minha militância, até me tornar presidente da Comissão Provisória do Sepe, em 1988, ao ocupar o lugar da professora Hildésia Medeiros, que tinha se afastado da Presidência do Sindicato, juntamente com a sua diretoria. Naquele momento fazia a minha militância na Zonal Jacarepaguá.”**

**JAILSON DOS SANTOS**

**“ Eu participei de todas as greves e paralisações. Faria tudo de novo.”**

**LOURDES SOUZA PASSOS**

## Violência e prisão na greve

O dia de ontem, foi marcadamente violento para o movimento grevista, não só pelas declarações do secretário de Educação como pela prisão do professor Godofredo, diretor da CEP. O secretário Arna do N. skier afirmou em entrevista ontem, que a greve havia fracassado e que somente a violência saiu vitoriosa, referindo-se a uma formação não confirmada de que os professores chegaram a tirar alunos das salas e tapas. Reafirmou ainda em tom de ameaça que todos os professores grevistas estavam sendo controlados e que perderiam seus cargos para os professores extraclasses e estagiários de Educação.

**“ Ingressei no magistério público em 1977, estava namorando um professor também da rede pública. Nossos salários eram pequenos e tínhamos o sonho de nos casar. Pois bem, em 1979 houve a greve, que marcou para sempre nossa história de vida, pois foi quando iniciamos a nossa luta enquanto professores e ainda de “quebra”, com o aumento de salário que conseguimos no final desta greve, conseguimos comprar toda a mobília de nossa casa e nos casamos em março de 1980. Hoje, estamos com 38 anos de casados, com 3 filhas, todas com nível superior, 2 netos lindos, já estamos aposentados e o melhor, aprendemos e ensinamos as nossas filhas que é na luta que se constrói grandes coisas. Parabéns ao SEPE! Sempre apoiamos e acreditamos no nosso sindicato.”**

**MARIA DE FATIMA PIRES PEIXOTO**

ser oficialmente do CEP.

**12 DE AGOSTO:** A assembleia realizada neste dia, com 10 mil professores presentes, foi iniciada com a informação da exigência do governo de que a mesma não poderia ser, oficialmente, realizada em nome do CEP; em seguida a este anúncio, foi dito pela direção, solenemente, que aquela era, sim, uma assembleia do Centro Estadual dos Professores (todos gritaram “o CEP somos nós, nossa força e nossa voz”). Em sequência, foi lida uma carta do Dr. Sobral Pinto de apoio ao movimento; foi lido um manifesto de apoio de diretoras de escolas apoiando a greve. Também foi lido um abaixo-assinado (com 5 mil assinaturas), no qual os signatários declaravam serem também responsáveis pela greve, numa atitude de solidariedade às lideranças que estavam sendo processadas. Por fim, em nome do Comando de Greve, foi proposta a continuidade da greve, aprovada por unanimidade. Com isso, o governo encerrou qualquer forma de negociação e fez com que o Clube Municipal, bem como qualquer espaço público, não mais permitisse a realização de assembleias do CEP.

**17 DE AGOSTO:** Nova assembleia foi realizada na Universidade Santa Úrsula, ao lado do Palácio, cercada por tropas de choque, em um contexto de ausência completa de algum canal de negociação com o governo. Antes, o governo anunciara que



foto: Carlos Mesquita/AJB

iria pagar as reivindicações ainda em 1979 – de fato, pagou em dezembro. Mas a categoria, gato escaldado, votou pela continuidade da greve.

**20 DE AGOSTO:** foi realizado Ato Ecumênico, no Clube Maxwell, com a presença de milhares de professores, além de padres, pastores, deputados federais e estaduais do MDB/RJ, representantes do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, do Sindicato da FIAT/DIESEL, do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA/RJ) e do DCE/UFF.

**20 DE AGOSTO:** nova assembleia decidiu pelo fim da greve.

### **Professoras aposentadas vão ao Palácio Guanabara pressionar o governo, na greve de 1979**

“*Era aluno. Escola Municipal Pará em Rocha Miranda. Com este movimento descobri que a professora que mais gostava participava de greve, assim como a que eu tinha tentado acompanhar e que ocorrera no ano anterior em São Paulo, a greve dos tais metalúrgicos do ABC. Fiquei orgulhoso da minha professora (Mercedes, de Língua Portuguesa) e tive com ela meus melhores aprendizados do que passamos depois a chamar de cidadania, inclusive da luta na forma de greve que ela fez questão de explicar em seu retorno no final da greve. Ali era se mostrou chateada com os que furaram a greve. É... Também já tinha quem não ajudasse na luta.”*

**JORGE WILLIAN**

“**Eu prestei concurso em 1978 e participei desta greve. Todos falavam que eu não poderia aderir à greve, pois estava ainda na CLT e poderia ser mandada embora. Mas fui até o final. Tenho orgulho de ter participado. Como valeu.”**

**Maraná Munhum**

**Outubro:** Eleição para a diretoria do CEP, mesmo na ilegalidade e com a SEE enviando ofício a todos os diretores de escolas proibindo a fixação de cartazes convocatórios e qualquer ativi-

dade do CEP nos estabelecimentos. Cerca de 7.500 professores votaram, em chapa única. Nome da chapa: CONSTRUÇÃO – presidente: Godofredo Pinto; 1º Vice-presidente: Ítalo Mo-

riconi; 2º Vice-presidente: Hildésia Medeiros; Secretário Geral: Luciano D’Ângelo; 1ª Secretária: Maria Helena C. Azevedo; 2ª Secretária: Heloisa Almeida Fernandes; 1ª Tesoureira: Maria Ângela Moreira Pinto; 2ª Tesoureira: Rosanita Zanen Monteiro; Diretora de assuntos da rede estadual: Mariléa da Cruz; Diretora da rede municipal: Magda Frediani Martins; Diretor de assuntos da rede particular: Marcos Gomes. Importante registrar que a luta jurídica pela legalização do CEP foi feita pelos advogados Raphael de Almeida Magalhães, Sérgio Bermudes e Márcio Donicci.

“**Nessa época eu trabalhava no Instituto de Educação de Nova Iguaçu. Aque-la geração, a gente queria mudança. Entrei para a Cáritas em 1979, mesmo ano da greve, e três vezes por semana eu levava as normalistas para o Centro de Formação de Líderes, e dei várias aulas discutindo o que era a educação. Então o processo de conscientização se fez no meio disso tudo. Durante a greve havia muitos grupos na rua, vinham os metalúrgicos, o pessoal da Diocese; o Lula veio aqui várias vezes neste período. Fazíamos panfletagens e reunião com os pais dos alunos, já que muitas famílias não entendiam porque não tinha aula. A gente ia para o Centro do Rio. Era uma época muito boa da vida da gente, de aquisição da consciência política. Não posso deixar de falar do papel da Diocese de Nova Iguaçu, na figura de Dom Adriano Hipólito, não só na greve, mas também no enfrentamento à Ditadura Militar.”**

**PROFESSORA SADA BAROUD DAVID**



## Coordenação Geral

Alex Sandro da Silva Trentino  
Angelo Cezar Jachelli Junior  
Gustavo Felipe Miranda  
Izabel Cristina Gomes da Costa Paolino  
Lucas Hippolito Von Der Weid

## Coordenação da Capital

Adolpho Tundis Ferreira  
Amanda Cristine Cezar Segura  
Felipe da Silva Duque  
Gerivaldo Gomes Luna de Oliveira  
Luciano da Silva Barboza  
Maria Eduarda Quiroga P. Fernandes  
Maria Joselma Brito  
Samantha Araújo Guedes  
Simone Viana Bezerra de Lima

## Coordenação do Interior

Carlos Eduardo Ochiuzzi F. Tacto  
Flavio Lopes de Oliveira  
João Ferreira de Oliveira  
Maria da Conceição Ferreira Nunes  
Marinete Guimarães de Oliveira  
Rejane Dias Corrêa Machado  
Rodrigo Machado de Moraes Teixeira  
Roseli Rodrigues de Novaes da Silva

## Secretaria de Funcionários

Ângela Maria Barbosa de Souza  
Renata de Melo Tavares  
Wilson das Neves Pires

## Secretaria de Aposentados

Florinda Moreira Lombardi  
Maria Oliveira da Penha  
Sandrelene Florentino Antunes

## Secretaria de Assuntos Educacionais e Cultura

Clarice de Freitas Silva Ávila  
Raphael Mota Fernandes  
Richard Clayton Braga Lisboa Reis  
Roberto Alves Simões

## Secretaria de Assuntos Jurídicos

Claudete Neves Bernardo  
Maria de Lourdes de Oliveira Monteiro  
Sidney Sebastião de Moura e Silva

## Secretaria de Imprensa

Dione Souza Lins  
Maria Beatriz Lugão Rios  
Vicente Vaz de França

## Secretaria de Saúde e Direitos Humanos

Miguel Alexandre do Espírito S. Pinho  
Luiz Guilherme Oliveira Santos  
Sérgio Bruno Alves Perdigão

## Secretaria de Finanças

Armindo Lajas dos Santos  
Luis Ricardo Pereira de Azevedo  
Odisseia Pinto de Carvalho

## Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia

Barbara Del-Penho Sinedino Pinheiro  
Helenita Maria Beserra da Silva

## Secretaria de Combate à Discriminação Racial

Ivano Costa de Souza  
Valdir Vicente de Oliveira

## Suplentes

Andréa Corrêa Peçanha  
Bruno de Melo Pinto  
Dayse Oliveira Gomes  
Daysiane Alves de Oliveira  
Denise Soares Teixeira  
Dervi Felipe de Souza  
Elson Simões de Paiva  
Fernando Sérgio dos Santos  
Jalmir Gomes Ribeiro da Silva  
Livia Fernandes Fonseca  
Rose Cipriano Lapa  
Vanderléa da Silva de Aguiar

**REVISTA DO SEPE** é uma publicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe/RJ) - fundado em 16 de julho de 1977

### Sede central:

Rua Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-040  
Tel. 2195-0450 [www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)

### Produção:

Secretaria de Imprensa do Sepe/RJ - Tiragem desta edição: 10 mil exemplares

### Jornalistas responsáveis:

Marcelo Mesquita/ Luiz Paulo Corrêa e Castro

### Diagramação:

Clóvis Lima



## **SOBRE A MILITÂNCIA**



Como seria a condição humana se não houvesse militantes?

Não porque os militantes sejam perfeitos, porque tenham sempre a razão, porque sejam super-homens e não se equivoquem. Não é isso.”

“É que os militantes não vem para buscar o seu, vem entregar a alma por um punhado de sonhos. Ao fim e ao cabo, o progresso da condição humana depende fundamentalmente de que exista gente que se sinta feliz em gastar sua vida a serviço do progresso humano.”

“Ser militante não é carregar uma cruz de sacrifício. É viver a glória interior de lutar pela liberdade em seu sentido transcendente”

**Texto de Pepe Mujica**

foto: Ari Gomes/AJB

URANTE  
R  
IONADO

URANTE  
R  
IONADO

CEP  
FORÇA  
EDUCAÇÃO



**Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro**